
EDUCAÇÃO NO BRASIL: CONTOS E RECONTOS

Wilson Alves de Paiva

Resumo

Este artigo procura contribuir para a pesquisa e a discussão sobre a tarefa educativa implantada pela Ordem Jesuítica no Brasil a partir da colonização. Toma como eixo referencial o texto de João Monlevade: “Educação Pública no Brasil: Contos e Descontos”, onde o autor faz uma ampla análise do minguado financiamento da educação por parte da Coroa. O presente artigo tenta desenvolver uma análise mais histórica e interpretativa, tentando contribuir com a temática ao propor, no final, um constante contar e um recontar da história da educação no Brasil.

Palavras-chave: Colonização, Educação Jesuítica, Jesuítas, Financiamento.

Abstract

This article tries to contribute for the research and the discussion on the educational task implanted by the Jesuit Order in Brazil starting from the colonization. It takes as referencial axis the book: *Educação Pública no Brasil: Contos e Descontos* (Public education in Brazil: Stories and Discounts), where the author makes a wide analysis of the decreased education financing on the part of the Crown; and it tries to develop a historical and interpretative analysis, in the sense of contributing with the studies of the Jesuit and colonial education, proposing, in the end, a constant telling and retelling of the education history in Brazil.

Keywords: Colonization, Jesuit education, Jesuits, Financing.

* Lic. Plena em Pedagogia e Espec. em Psicopedagogia
Professor de Educação Brasileira da Faculdade de Educação da
UFG – Universidade Federal de Goiás. E-MAIL: paivaw@bol.com.br e wp@riotapajos.com.br
Site: www.wilsonpaiva.kit.net
Assessor Técnico da Seduc – Secretaria de Executiva de Educação do Estado do Pará
Professor da Faculdade de Educação da UFG – Universidade Federal de Goiás;
Consultor em Educação
Ex-Secretário Municipal de Educação de Trairão (PA)

Educação no Brasil: Contos e Recontos

No livro *Educação Pública no Brasil: Contos e Descontos*, de João Monlevade, encontramos uma periodização que tenta marcar as divisões da evolução do processo educativo na *terra brasilis*. Tendo em vista os fatos ocorridos após a publicação do texto do autor e o propósito de nosso estudo, faz-se necessário acrescentar outros fatos no sentido de alargar a compreensão e aprofundar a análise à luz de outros autores. A *Linha do Tempo* de Monlevade organiza-se da seguinte forma:

- a) 1.500 – chegada dos portugueses, os novos “educadores” do Brasil;
- b) 1.549 – Fundação pelos Jesuítas do 1º. Colégio Público da Colônia, em Salvador/Ba.
- c) 1.758 e 1772 – Expulsão dos Jesuítas e implantação das Aulas Régias;
- d) 1.834 – Descentralização dos encargos da educação básica para as Províncias pelo Ato Adicional à Constituição de 1824;
- e) 1.931 – Criação do Ministério da Educação;
- f) 1971 - Lei 5.692 que propôs a Reforma do Ensino de 1º. e 2º. graus;
- g) 1988 – Promulgação da Constituição-Cidadã.

A essa proposta de periodização devemos acrescentar o período que precede a invasão portuguesa. Devemos acrescentar ainda a aprovação da Lei 4.024/61, a primeira LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e, sem dúvida nenhuma, a atual LDB, Lei 9.394/96. Apesar de que nosso texto procura trabalhar apenas alguns aspectos do período anterior à invasão portuguesa e a educação implantada pelos mesmos nos dois primeiros séculos.

Como o termo educação tem sentido amplo, optamos pela compreensão lata e dinâmica de seu sentido: ato educativo confunde-se com a própria vida e faz parte do cotidiano de qualquer povo em qualquer relação que seja empregado o esforço cognitivo. Dessa forma, está presente em todos os momentos da evolução humana e existe em cada povo e época da forma que melhor lhe convém. Até porque, como afirma Brandão: “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.(1987, p.9).

Devemos considerar, nessa ótica, que o período pré-cabralino teve sua educação própria, baseada nos princípios de sobrevivência material, cultural e social. Dava-se no dia-a-dia com objetivos práticos: na prática da caça para a aquisição do alimento; nas atividades com formação bélica e nos ritos

por meio do exercício dos cantos, danças e outros atos de cultura acumulada de forma imemorial. Estado, sociedade, vida e educação praticamente se identificavam, tornando a escola desnecessária e inviável.

A transmissão de conhecimento era um processo informal, a não ser nos momentos de celebrações ritualísticas quando os saberes considerados sagrados eram repassados para as gerações mais novas, de maneira um tanto formalizada. Mas nunca num local específico, que nos lembre o espaço escolar de hoje e seu objetivo era a preservação do saber comum. No caso de saberes específicos, como o farmacológico detido pelo pajé, por exemplo, eram transmitidos no contato pessoal, cotidiano e com vistas à manutenção biológica, social e cultural da espécie. Para eles, natureza

financiamento, gestão e currículo da educação se confundiam com seu próprio acontecer, cuja espontaneidade e controle só se perturbavam quando um povo se chocava ou se aproximava de outro na imensidão das florestas, dos cerrados, dos campos e das praias deste Brasil chamado pelos tupis de Pindorama. Aí aconteciam os ganhos e perdas de vida e de cultura em movimentos espasmódicos de desenvolvimento e consciência de humanidade, de algo que transcendia e perturbava o pequeno mundo tribal de cada nação. (Monlevade, 1990, p.17).

Resta ainda um estudo aprofundado da educação praticada por esses povos no sentido de descobrir suas especificidades e lógica interna. Pois diferente dos povos incas, astecas e maias, que produziram conhecimento tecnológico além da compreensão dos colonizadores, pirâmides, templos e cidades com códigos até hoje indecifráveis, os povos do território que forma o Brasil, permaneceram numa cultura horizontalizada cujos princípios básicos eram nascer, crescer, reproduzir-se e morrer. A não ser as cerâmicas marajoaras e a arte plumária dos nativos, seu avanço tecnológico ficou restrito à simbiose com a Natureza (MONLEVADE): a deusa, a mãe, o princípio e o fim de sua existência.

Processou, nesse contexto, um verdadeiro choque cultural a presença do “branco”, com suas naus mirabolantes, suas armas cuspidoras de fogo, coberturas corporais desconhecidas e fala incompreensível. A aculturação sofrida pelos silvícolas por parte da cultura imposta na colonização imprimiu-lhes uma obediência cega e uma aniquilação quase total de seu conhecimento. Graças à índole adaptadora do povo português a contribuição indígena está presente em nosso modo de vida. A absorção da cultura autóctone por parte da população europeia definiu muito o caráter e os traços característicos do *povo brasileiro*.

Após a euforia do “descobrimento” e a simples posse da nova terra, os portugueses tiveram que lutar contra outras Coroas europeias e promover

às pressas o povoamento e o desenvolvimento de uma sociedade cristã na América. Degredados, feitores, militares e missionários prontificaram-se para a tarefa. As naus de Tomé de Souza trouxeram, além dos tripulantes normais, uma equipe de cinco religiosos dispostos a iniciar a tarefa educativa da colônia. Faziam parte de um grupo de jovens que, reunidos em Paris em 1534, fundaram a Ordem “Companhia de Jesus” subordinada diretamente ao Papa e que objetivavam, além das ações bélicas proselitistas, uma ação educacional missionária. Seu líder principal, Ignácio de Loyola, permaneceu em Roma e o Padre Simão Rodrigues assumiu a chefia da Ordem nas terras lusitanas. Na Bahia de Todos os Santos os religiosos edificaram o primeiro colégio, o Colégio dos Meninos de Jesus. Com a construção da igreja e outras dependências administrativas, estava assentado o marco brasileiro de uma organização que, logo no primeiro século, cresceu de forma assustadora tanto em pessoal quanto em possessões. Quando Loyola morreu, em 1556, a Ordem contava de 1.000 membros e em 1.600 o número subiu para 8.000.

Quanto ao financiamento para sua obra, a organização contou, no princípio com uma pequena doação da Coroa em terras e um dote inicial para as construções. Segundo Monlevade, “enquanto os espanhóis fundavam escolas, colégios e universidades em suas colônias americanas do Caribe, Atlântico e do Pacífico, os reis portugueses decidiram fazer no Brasil uma educação sem escola e sem ‘despesas’.” (1990, p.19).

A segunda leva veio em 1554, sob o governo de Duarte da Costa, em cujo grupo estava José de Anchieta, o qual uniu-se aos propósitos do já conhecido Padre Manoel da Nóbrega, vindo no primeiro carregamento. Vários colégios foram fundados ao longo dos anos, dentre eles O de Piratininga em São Paulo (1554) e o do Morro do Castelo do Rio de Janeiro (1567). Após 1565 fundaram outros catorze colégios secundários e dezenas de escolas de primeiras letras em todas as capitanias, todas dotadas de uma rica estrutura que contava com fazendas produtivas e zonas de mineração para seu sustento, uma vez que a ajuda da Coroa minguarda e desaparecera por completo. Mas a Companhia tornou-se rapidamente uma empresa com navios, milhares de cabeça de gado, ouro, produtos agrícolas e artesanato cuja renda financiava o funcionamento e a expansão de sua estrutura educacional. Os lucros da companhia chegaram a representar 25% do PIB colonial e, para ilustração, só na fazenda Santa Cruz, do Colégio do Rio de Janeiro, tinha 75.000 cabeças de gado.

Para o período que antecede a ação esquemática dos jesuítas, a escola formal foi sistematicamente ignorada. Para Monlevade, a escola

Nestes primeiros 50 anos de coleta de pau-brasil e de especiarias foi negada para os adultos e crianças índias, que de tão bárbaros dela poderiam não ter proveito. E não foi necessária para os brancos, na maioria solteiros, missio-

nários e degredados transformados em feitores dos embarques periódicos de madeira de exportação que deu nome ao país. Para uma economia mercantil predatória e para uma sociedade iletrada, para quê escolas? Sorte de El Rei: despesa zero na educação. Se algum aqui nascido merecesse estudar, que fosse conhecer o brilho da metrópole. (1990, p.19).

No século XVII várias circunstâncias determinaram a política portuguesa com relação à colônia. Com o empobrecimento da metrópole, privado de seu comércio asiático, volta-se exclusivamente para a América portuguesa. Por sua vez a prosperidade de algumas capitânias e a ascensão de muitos donatários ao *status* de grande proprietário, de canavieiro latifundiário fizera nascer uma classe poderosa. Os senhores da terra eram detentores do poder local. Em contrapartida, a Coroa fortaleceu o poder do Governador Geral e substituiu os juizes-ordinários, de eleição popular, por juizes-de-fora, escolhidos por vontade régia.

Nesse sentido, os jesuítas prestaram um inestimável trabalho à Coroa, quanto ao sentido de doutrinação e formação de costumes. Transcorrido o tempo necessário para a devida instalação, expansão e fortalecimento, a Ordem deixou de focar sua atenção apenas na catequização dos silvícolas e ampliou sua clientela para os filhos dos senhores de engenho, filhos de funcionários e manufactureiros. Sua influência atingiu as casas-grandes nas quais seus sacerdotes sentavam-se com os senhores à mesa e alguns habitavam o mesmo teto, quando não havia algum clérigo na família. Citado por Feitosa (1985, p.111), Fernando Azevedo fala da importância da Ordem porque.

Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando na mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinós – brancos, índios e mestiços - , procurando na educação dos filhos, conquistar e reeducar os pais, os jesuítas não estavam servindo apenas à obra da catequese, mas lançavam as bases da educação popular e, espalhando nas novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes, começavam a forjar, na unidade espiritual, a unidade política de uma nova pátria.

Tendo em vista que nem em Portugal o povo era alfabetizado, o estudo das letras nas terras *d'além mar* significava adesão plena à cultura lusitana: baluarte erguido para perpetuar aqui o que estava deteriorando-se no velho mundo.

Paiva nos informa que “a sociedade portuguesa tinha uma estrutura rígida, centrada na hierarquia, fundada na religião. O serviço de Deus e o serviço d’El-Rei eram os parâmetros das ações sociais”. (1998, p.45); dessa forma, o casamento entre Companhia e Coroa foi perfeito. Tendo como objetivo sagrado a propagação da fé cristã, nos moldes católicos, a educação jesuítica

impunha aos alunos a “santa obediência”. A aprendizagem se dava pela repetição e pela memorização do conteúdo repassado pelos mestres. Na vertente da formação humanista, o currículo elaborado e adotado pela Companhia de Jesus para aplicação em todo o mundo era composto de latim, gramática portuguesa, retórica, filosofia e outros componentes do *Ratio Studiorum*, ou plano de estudos, documento que determinava os princípios, fundamentos e o funcionamento de sua escola. No capítulo *Regras do Professor de Filosofia*, podemos ler a seguinte recomendação: “16. Repetição na aula. – No fim da aula, alguns alunos, cerca de dez, repitam entre si por meia hora o que ouviram e um dos condiscípulos, da Companhia, se possível, preside à decúria.”

O método de ensino caracterizava-se por uma constante vigilância, revisão e reforço. O dia começava com a revisão da aula anterior. Paul Monroe (História da Educação) observa que:

Esta fiscalização severa, que quase chegava, por um lado, à repressão, e por outro à espionagem, era também característica da direção dos alunos nas escolas. Os estudantes eram divididos em grupos sob a direção de monitores, e aos pares, de forma que um podia exercer fiscalização sobre o outro. Assim a ordem era assegurada e atingia-se um respeito absoluto pela autoridade, respeito que quase resultou na eliminação da individualidade”. (MONROE: 1976, p.185).

O ensino dos colégios era de um formalismo pedagógico tão acentuado que as práticas *intramuros* ignoravam a vida cotidiana de seu entorno. Falava-se latim, recitavam poesias, liam os clássicos, esmeravam-se na retórica e na espada como cavaleiros medievais. Era um mundo perfeito e suspenso que contrastava com o mundo *extra muros*: violência e guerras eram os ingredientes da vida no Brasil. O que propunham era o agir de acordo com o plano divino, ou seja, a prática das virtudes e para se chegar a tal ponto era preciso evitar os maus costumes e dedicar à penitência e à fuga.

Ainda que outras ordens religiosas fundaram inúmeros colégios e escolas de primeiras letras, coube à Companhia de Jesus exercer por duzentos e dez anos a primazia da educação colonial. Mas seu penhor não evitou que a crise religiosa que assolava a Europa aportasse no novo mundo assoprando contra sua prosperidade. A pressão de muitos soberanos sobre o Papa contra a Companhia tinha raízes no poder econômico e político acumulado pelos sacerdotes. Na região Amazônica, por exemplo, os membros da Ordem implantaram a língua geral, o *nheengatu* para comunicação entre eles e as tribos, tornando-se um temido meio de controle dos índios pelos missionários. Padres, como Antônio Vieira, faziam discursos inflamados contra a exploração escravocrata dos portugueses, excitando a ira dos líderes locais e dos bandeirantes que não se conformavam com a pregação dos educadores em favor da liberdade dos

índios. Sem dizer que o lucro das fazendas da Companhia concorria com o dos exportadores. Monlevade nos informa que em 1750, tinham observatórios astronômicos, laboratórios de física, química e biologia e equipamentos para todo seu trabalho, - fato que irritava monarcas em todas as Cortes.

Acuado pelas pressões políticas e lutando para subsistência da própria Igreja frente ao crescente movimento iluminista que tomava conta da Europa, o Papa não interveio quando a Ordem foi expulsa de alguns países. No Brasil, a expulsão foi feita pelo Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), Primeiro Ministro do Rei de Portugal, D. José I, em 1759, quando todos os bens da Companhia foram confiscados em favor da Coroa e as escolas entregues a sacerdotes de outras ordens religiosas e posteriormente a professores leigos, com a implantação das aulas régias.

Desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas lançaram-se a uma tarefa de formar o homem do novo mundo, pautado pelos princípios do *orbis christianus*. Tarefa espiritual que se transformou em econômica na medida em que o financiamento da Coroa à instalação e manutenção de escolas desaparecia. Seu formalismo pedagógico, à cópia do próprio formalismo da sociedade lusitana, permaneceu inalterado no mundo *intramuros* sem acompanhar certas mudanças operadas no seio colonial. O mercantilismo veio acentuar a ideologia da mercadoria e do enriquecimento. No plano político, os líderes locais, senhores de engenho, comerciantes e exploradores de terras e escravos passaram a reclamar maior espaço no âmbito das decisões e as relações sociais estavam sendo remodeladas na direção de novos valores, hábitos e costumes. E enquanto isso, “o colégio jesuítico continuava formando letrados”. (PAIVA, 1998, p. 56). Talvez seria impossível evitar a trombada de tal organização com o iluminista e humanista Marquês de Pombal que, além do sentimento contrário à Companhia, tinha à frente muita riqueza a ser confiscada no sentido de folgar o minguado tesouro da Coroa.

Nessa transformação social, diversos ingredientes têm contribuído para a evolução do processo educacional brasileiro nesses cinco séculos de existência formalizada. Os últimos acontecimentos (Constituição/88 e LDB/96) dão conta disso; apesar de haver mais *ranços* que *avanços* (DEMO) na atual estrutura.

Monlevade utiliza os termos *conto* e *desconto* para acentuar os magros contos de réis utilizados por *El-Rei* e sua progressiva diminuição. Em nosso texto, tomamos os termos *conto* e *reconto* do verbo contar: Ou seja, a história da educação brasileira precisa ser contada e recontada de diversas formas para que os olhares se entrecruzem e a dialética da compreensão possa elucidar de maneira ampliada os fatos que marcaram nosso processo educacional. Dessa forma, estaremos esticando ainda mais a *linha do tempo* organizada por Monlevade.

Referências

- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação..** São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, 19).
- DAMASCENO, A. **Origens da Educação Estatal na América Portuguesa.** São Paulo, 1998. Tese – (Doutorado) - PUC,
- DEMO, P. **A Nova LDB: Ranços e Avanço.** 11. ed. Campinas: Papirus, 1997.
- FEITOSA, A. Raízes da Educação no Brasil. Fortaleza. **Revista Educação em Debate**, n. 10, jul/dez: 1985.
- GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas..** São Paulo, Ática, 2002. (Série Educação).
- HANSEN, J. A. Ratio Studiorum e Política Católica Ibérica no Século XVII. IN: VIDAL, D.G.& HILSDORF, M.L.S. **Brasil 500 anos, tópicos em história da educação.** São Paulo: Edusp, 2001.
- MONLEVADE, J. **Educação Pública no Brasil: Contos e Descontos.** São Paulo: Cortez: 1990.
- MONROE, P. **História da Educação.** Tradução de Idel Becker. Atualidades Pedagógicas. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1976. v. 34
- PRADO JR. C. **História Econômica do Brasil.** 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIVA, W. **A Gestão Educacional do Município de Trairão no Período de 1998 a 2000,** Belém do Pará, 2001. Monografia (Graduação) – UFPA, 2001.
- PAIVA, J. M. **Educação jesuítica no Brasil colonial.** [s. l : s. n.], [199?].

Recebido em: 12/10/02
Aprovado em: 26/11/02